

TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE GUIMARÃES
10.º Aniversário

Senhor Conselheiro Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Excelência,
Senhora Ministra da Justiça, Excelência,
Ex.mo Senhor Presidente do Tribunal da Relação de Guimarães,
Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Guimarães,
Ex.mo Senhor Procurador-Geral Adjunto em representação do Sr. Conselheiro Procurador-Geral da República,
Ex.mo Sr. Deputado à Assembleia da República Dr. Fernando Pereira,
Ex.mo Senhor Conselheiro Vice-Presidente do Conselho Superior da Magistratura,
Ex.mos Senhores Juízes Conselheiros do Supremo Tribunal de Justiça,
Ex.mos Senhores Presidentes dos Tribunais da Relação e do Tribunal Central Administrativo-Norte,
Ex.mo Senhor Director-Geral da Administração da Justiça,
Ex.mas Senhoras e Senhores Juízes Desembargadores e Procuradores-Gerais Adjuntos,
Ex.mo Senhor Presidente do Conselho Superior da Ordem dos Advogados,
Ex.mo Senhor Presidente do Conselho Distrital da Ordem dos Advogados,
Ex.mos Senhores Chefes de Gabinete de Suas Excelências o Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, da Ministra da Justiça e do Vice-Presidente do Conselho Superior da Magistratura,
Ex.mos Senhores Juízes e Procuradores da República,
Ex.mos Senhores Procuradores-Adjuntos,
Ex.mos Senhores Presidentes das Delegações da Ordem dos Advogados de Guimarães, Braga e Barcelos,
Ex.mos Senhores Advogados,
Ex.mos Senhores funcionários,
Ilustres convidados,
Senhoras e senhores

O Tribunal da Relação de Guimarães, criado pelo DL 186-A/99, de 31 de Maio e definitivamente instalado pelo DL 339/2001, de 27 de Dezembro, a partir de 2 de Abril de 2002, fez recentemente 10 anos de existência.

Estamos aqui todos para comemorar tal efeméride.

A minha vida profissional está, indelevelmente, marcada por esta Relação e por esta cidade, berço da nacionalidade e actual Capital Europeia da Cultura. Após a minha promoção a procurador-geral adjunto, e depois de uma breve passagem pela Relação de Évora, fui colocado na Relação de Guimarães em Setembro de 2002 (Deliberação do CSMP n.º 1414/2002, de 4 de Julho, DR II S. de 17/9/2002), juntamente com os colegas José Pestana (já jubilado), Manuel Sousa Mendes (também já jubilado) e M. Ribeiro Soares. Estou aqui, pois, praticamente desde a sua fundação.

A Relação de Guimarães é, metaforicamente, ainda uma menina, que está no início da fase da puberdade. Precisa do nosso apoio, e do nosso carinho, para se desenvolver com harmonia e atingir, pujante, a fase adulta, sem sobressaltos e sem crise.

O nosso tempo, marcado por excessos de mediatismo, de informação e de legislação, é pródigo na atribuição de significado a palavras marcantes do nosso quotidiano. Vocábulos como *democracia* (tem a sua origem na Grécia, aparecendo, pela primeira vez em Heródoto—cfr. Maria Helena Rocha Pereira, *Estudos de História da Cultura Clássica*, I. Vol., Cultura Grega, F. C. Gulbenkian, 4.ª edição, 1975, pág. 147), *progresso* ou *crise*, nomeadamente este último, são glosados até à exaustão. Crise da civilização, do humanismo, económico-financeira e social, da educação, da saúde, dos tribunais, da justiça, etc., etc..

As nossas sociedades são voláteis (cfr. Henriques Gaspar, *A Justiça nas Incertezas da Sociedade Contemporânea. O juiz hoje: de exegeta a ministro da verdade*, Rev. Julgar, n.º 1, 2007, pág. 28), vivemos numa civilização, que alguns apelidam de líquida, num “tempo de escombros” (D. Manuel Clemente, Bispo do Porto, entrevista ao jornal Público de 6 de Setembro de 2010), matizado por uma enorme ausência de valores. E o homem tem necessidade de valores como o naufrago da jangada ou da tábuca de salvação.

Esta Relação, mercê do empenho de todos magistrados judiciais e do MP, funcionários e advogados, tem sabido viver fora da *crise*, se entendermos esta como algo em que os processos esperam pela eternidade (ou, pelo dia de “são nunca à tarde”, em termos populares) para serem despachados.

Todos os processos são, em regra, as excepções são mesmo excepções e muitíssimo reduzidas, despachados com qualidade e com celeridade.

Nesta nobre Casa professam-se, além do mais, os valores do trabalho, da amizade e da solidariedade.

O ambiente que aqui se vive, e não sou eu o primeiro a dizê-lo, é sadio. São, na verdade, excelentes as relações entre todos os que aqui trabalham. Embora sem unanimismos. Tal tipo de relacionamento é difícil de encontrar no nosso mundo judiciário. Quem por aqui passou sente-o bem e testemunha isso mesmo.

As pessoas vão e as instituições ficam. Todavia são as pessoas que as marcam e as fazem crescer e consolidar. Permitam-me, por isso, que saliente o importante papel dos magistrados judiciais e do Ministério Público e dos funcionários que dedicam, e dedicaram, a esta Relação o melhor do seu saber e do seu esforço.

O primeiro Presidente desta Relação foi o Dr. Lázaro Martins de Faria, que trabalhando arduamente nos caboucos da mesma contribuiu, decisivamente, para a sua edificação e consolidação.

Sucedeu-lhe, em 2008, o Dr. António da Silva Gonçalves, que cessou funções em 2011. Ascenderam ambos ao Supremo Tribunal de Justiça.

Desde 29 de Abril de 2011 que a presidência é exercida pelo Dr. António Alberto Rodrigues Ribeiro, ilustre continuador da obra dos seus antecessores.

Relativamente ao Ministério Público por aqui passaram vários Coordenadores, sendo que o primeiro deles foi o Dr. José António Barreto Nunes, que suportou praticamente sozinho o serviço desde Abril de 2002 até Setembro do mesmo ano, altura em que o quadro do MP foi preenchido. Ascendeu, igualmente, ao Supremo Tribunal de Justiça, estando actualmente jubilado. Seguiram-se-lhe os Drs. Alípio Fernando Tibúrcio Ribeiro, actualmente inspector do MP, António Maria Lemos da Costa, actualmente também jubilado e novamente o Dr. José António Barreto Nunes até fins de 2009 (nomeado Cons.º do STJ por deliberação do CSM n.º 3241/2009, DR II S. de 4/12/2009).

O quadro de funcionários é também do melhor que existe, tendo no seu vértice, desde a fundação, o Sr. Secretário Jorge Florêncio dos Santos, recentemente aposentado e os Srs. Escrivães Amieiro e Angelina, ambos igualmente já aposentados.

Esta Relação, passados estes anos, tem pela frente um longo e profícuo caminho a percorrer. São os nossos desejos. Saúdo todos os presentes. Saúdo especialmente o Senhor Presidente desta Relação e, na sua pessoa, todos os que aqui laboraram e laboram.

Muito obrigado.

Vinício Augusto Pereira Ribeiro
(Procurador-Geral Adjunto Coordenador)